

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

IC - Inquérito Civil nº 06.2021.00003454-6

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **JUCIMARA DOS SANTOS**, brasileira, nascida em 19/2/1996, portadora do RG nº 7086516/SC, com residência na avenida Leopoldo Sander, 26-E, Eldorado, Chapecó, telefone 49 99810-0286, doravante denominada *compromissária*, na forma autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, "As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados";

CONSIDERANDO que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (artigo 3º da lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera área de

preservação permanente as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 metros, para os cursos d'água de 10 metros de largura, e nas áreas no entorno das nascentes, no raio de 50 metros (artigo 4º, I, 'a', IV, da Lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO que o Plano Diretor de Chapecó considera como área de preservação permanente - e, portanto, não edificável - as faixas marginais com largura mínima de 30m, para os cursos d'água natural de 10m de largura (inciso I do §1º do art. 60);

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 12.651/12, que autoriza a intervenção em área de preservação permanente apenas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente licenciada pelo órgão ambiental responsável; a mesma lei autoriza a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes somente hipótese de utilidade pública (artigo 8º, *caput*, §1º, da lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO que o corte de árvores isoladas é regulamentado pela Instrução Normativa n. 57, do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina e tem autorização legislativa no art. 38 do Código Ambiental de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a IN 57 exige que, no caso de corte de espécies ameaçadas de extinção, o plantio deverá ser **da mesma espécie** (item 4.5, "e");

CONSIDERANDO o dever legal do proprietário ou possuidor de recuperar as áreas de vegetação nativa suprimidas ou ocupadas sem autorização do órgão ambiental competente, visto o caráter preventivo, retributivo e curativo do princípio da responsabilidade civil ambiental, denominado "poluidor-pagador";

CONSIDERANDO o que dispõe o Código de Obras de Chapecó no sentido de que obras de construção, acréscimos, modificações ou restaurações, no Município de Chapecó, devem possuir prévio licenciamento emitido pelo órgão municipal responsável (art. 3º);

CONSIDERANDO que foi constatado no Inquérito Civil Público nº 06.2021.00003454-6, que Juliano Dias Pedroso (falecido em 6 de dezembro de 2020) adquiriu a fração de 1.000m² da área de terras maior (matrícula 6.846) e lá procedeu à derrubada de árvores nativas e a construção de edificação sobre a área de preservação permanente, tudo sem autorização dos órgãos competentes;

CONSIDERANDO que a ex-cônjuge de Juliano, Jucimara dos Santos, é a atual responsável pelo imóvel;

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, mediante os seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1ª: O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade a recuperação *in loco* da vegetação suprimida no imóvel situado na linha Faxinal dos Rosas, interior de Chapecó, matrícula n. 6.846 (coordenadas 27º03'06.5"S, 52º39'54.8"O), e a demolição das construções realizadas sobre a área de preservação permanente (30m da borda da calha do curso hídrico), com a retirada de todos os materiais e entulhos da área;

DAS OBRIGAÇÕES DAS COMPROMISSÁRIA

Cláusula 2ª: A compromissária se compromete a comprovar ao Ministério Público, no prazo improrrogável de 90 dias, a demolição e retirada das obras realizadas sobre a área de preservação permanente (edificações e açudes) e a retirada de todos os objetos (veículos, madeiras, eletrodomésticos, ferramentas, materiais de construção) do local;

Parágrafo primeiro – A compromissária compromete-se a, no mesmo prazo, comprovar a correta destinação dos entulhos provenientes da

demolição;

Parágrafo segundo – Para fins do disposto no caput desta cláusula, considera-se área de preservação permanente a largura de 30 metros de cada lado do curso hídrico, a contar a partir da borda da calha; e 50 metros no entorno das nascentes;

Cláusula 3ª: A compromissária compromete-se a reparar o dano ambiental causado, mediante o plantio de 30 árvores da espécie araucária, no local da supressão clandestina;

Parágrafo único – A comprovação do plantio (com relatório fotográfico) deverá ser apresentada ao Ministério Público, no prazo de 90 dias, por fotografias, via WhatsApp;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 4ª: Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, a compromissária ficará sujeita a multa diária de R\$ 500,00, ou multa de R\$ 10.000,00 por ocorrência, a critério do Ministério Público, solidariamente;

Parágrafo primeiro - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

Parágrafo segundo - O pagamento de eventual multa não exime a compromissária do cumprimento das obrigações contraídas;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 5ª - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra a compromissária, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido;

Cláusula 6ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data

de sua assinatura.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o compromisso de ajustamento de conduta em duas vias, com igual eficácia de título executivo extrajudicial.

Chapecó, 22 de setembro de 2021

Eduardo Sens Dos Santos
Promotor de Justiça

Jucimara Santos
Compromissária